



Eleições nas Américas 2022-2026

Julho de 2026





Desde 2011 o Ranking dos Políticos tem como propósito trazer transparência para o desempenho e performance dos representantes no Congresso Nacional, de forma apartidária e independente. Nosso levantamento leva em consideração os pilares **eficiência da máquina pública, melhoria do ambiente de negócios e combate à corrupção.**

Temos como **MISSÃO:** Avaliar o desempenho dos parlamentares e influenciar decisões do Congresso Nacional para promover a eficiência do Estado brasileiro. **VISÃO:** Contribuir para que o Congresso Nacional se torne uma instituição de orgulho para os brasileiros. **VALORES:** Integridade / Transparência / Eficiência / Visão de dono / Liberdade / Responsabilidade individual / Defesa do Estado de Direito

Nossa área de inteligência promove ainda pesquisas e estudos com a finalidade de promover a educação cívica dos brasileiros.

Equipe Técnica:

Juan Carlos Arruda | Daniel Galveas | Danylo Shimano | Luan Sperandio | Gabriel Jubran | Giancarlo Mendes

Índice

01

Introdução

02

América do Sul

03

América Central

04

América do Norte

05

Considerações finais



01

Introdução

Introdução

Entre 2022 e 2026, as Américas atravessaram um ciclo eleitoral **intenso** e **determinante** para a configuração política regional, em que eleições presidenciais e legislativas remodelaram as alianças parlamentares e redesenharam os mapas de poder em várias nações do continente. Esse quadro não se resume a uma simples alternância entre **esquerda** e **direita**: envolve dinâmicas de **governabilidade**, **fragmentação parlamentar** e **mudanças estruturais** nas prioridades eleitorais das sociedades.



Esses processos eleitorais tiveram efeitos tanto **ideológicos** quanto **institucionais**. No plano **ideológico**, tivemos um ressurgimento de agendas de **direita** e **centro-direita** em países como Argentina, Bolívia e Chile, ao lado de governos de **esquerda** e **centro-esquerda** ainda competitivos em países como Brasil e, em outros momentos recentes, México e Uruguai. No plano **institucional** e de **governabilidade**, os resultados traduziram-se em parlamentos com diferentes graus de **coesão** e **fragmentação**, impactando diretamente a capacidade de sustentar maiorias legislativas capazes de aprovar reformas estruturais. Enquanto alguns executivos conquistaram maiorias parlamentares confortáveis ou influentes, em outros casos a vitória presidencial não se traduziu em bloco legislativo coeso, exigindo negociações e coalizões amplas com múltiplos partidos.

Esse contexto evidencia que o centro da disputa política regional, e especialmente a brasileira em 2026, não será apenas sobre posicionamentos ideológicos abstratos, mas também, e sobretudo, sobre a capacidade de **construção** e manutenção de **maiorias parlamentares estáveis**, capazes de transformar plataformas eleitorais em políticas públicas efetivas e duradouras.

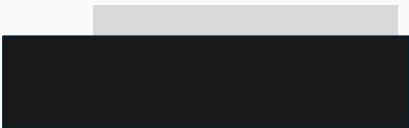
A seguir, este estudo analisa, país a país, quem governou e como ficaram os parlamentos após as eleições (2022–2026). O objetivo é fornecer uma base sólida para **antecipar** cenários possíveis no Brasil em 2026, demonstrando que a disputa não é apenas sobre **ideologia**, mas fundamentalmente sobre quem detém a capacidade de atingir **maiorias legislativas** capazes de efetivar reformas e responder às demandas sociais em um contexto de volatilidade política global.



02

América do Sul





Presidenciais (2023) e Legislativas (2025)

Resultado

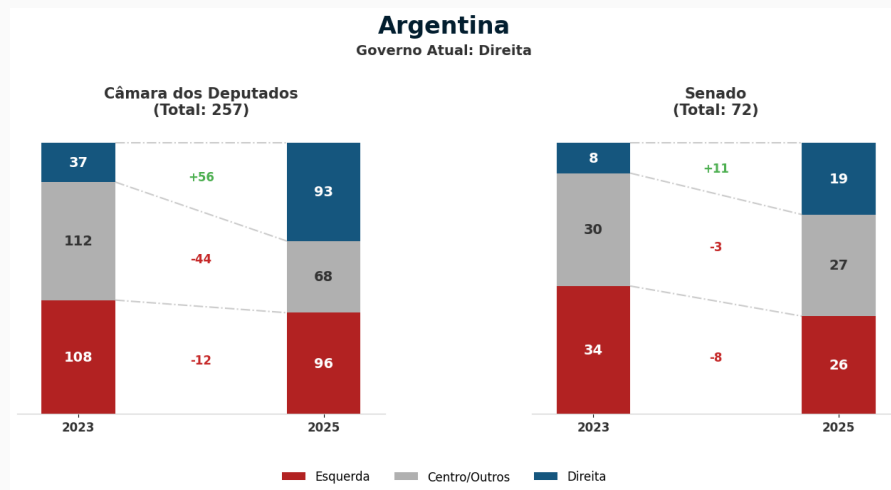
- Javier Milei, do Partido Libertário, foi eleito com o discurso de direita libertária (liberalismo econômico radical, privatizações, redução do Estado), criticando o peronismo e propondo transformações profundas no aparato econômico e regulatório do país. Sua coalizão, La Libertad Avanza (LLA), foi muito mal nas eleições, elegendo somente 37 deputados e 8 senadores, enquanto a coligação de esquerda Unión por la Patria de Sérgio Massa elegeu 108 deputados e 34 senadores. O congresso argentino possui 257 deputados e 72 senadores.

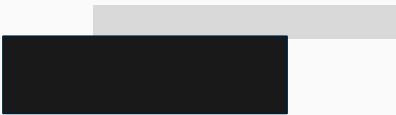
Legislativas 2025

- O cenário político sofreu uma transformação estrutural com as eleições legislativas de outubro de 2025. Ao obter 40,8% dos votos, o governo Milei não apenas validou sua gestão popularmente, como também expandiu consideravelmente sua base parlamentar. Com a conquista de 64 novos deputados e 13 senadores, a coalizão governista saltou para um total de 93 deputados e 19 senadores. Embora a oposição, agrupada na Fuerza Patria (esquerda), ainda preserve bancadas significativas com 96 deputados e 26 senadores, ela perdeu a hegemonia absoluta, permitindo que o governo agora possua o "número crítico" necessário para sustentar vetos presidenciais e bloquear iniciativas opositoras.

Governabilidade

- O Parlamento permanece plural e fragmentado entre forças de centro, como a Unión Cívica Radical (UCR) e o bloco Provincias Unidas, que atuam como os "fiéis da balança" em votações cruciais. Além disso, a relação com o Proposta Republicana (PRO), partido de centro-direita do ex-presidente Mauricio Macri, tornou-se vital, embora o PRO tenha reduzido sua bancada para 14 deputados e 5 senadores, ele permanece como o aliado ideológico mais próximo de Milei, servindo de ponte para as reformas estruturais que o país demanda.





Eleições Gerais de 2025

Resultado

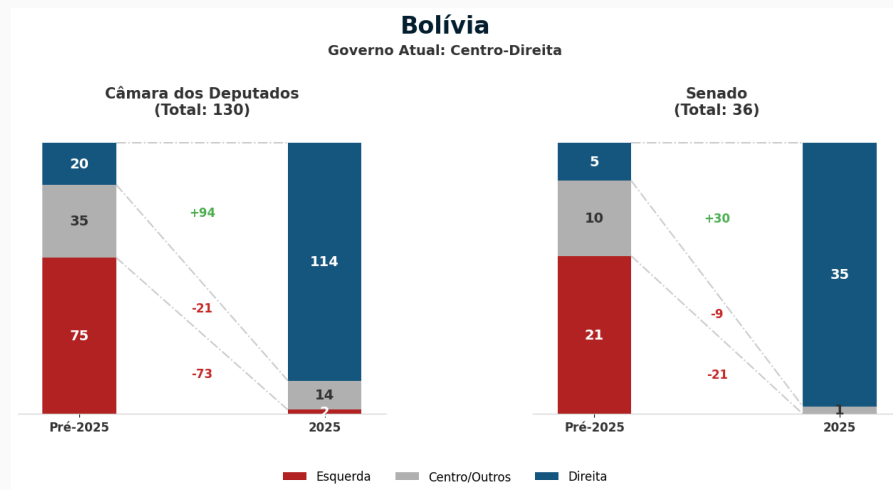
- Rodrigo Paz, do Partido Demócrata Cristiano (PDC) de centro-direita, foi eleito presidente no segundo turno de 19 de outubro de 2025, com 54,61 % dos votos, derrotando Jorge Quiroga (Alianza Libre) de centro-direita. Essa vitória encerrou quase 20 anos de hegemonia do Movimiento al Socialismo (MAS) no governo boliviano.

Legislativo

- O Movimiento al Socialismo (MAS), do então presidente Luis Arce, sofreu uma derrota devastadora: a bancada que antes contava com 75 deputados e 21 senadores foi reduzida a apenas 2 deputados e nenhum senador.
- O Partido Demócrata Cristiano, partido de Rodrigo Paz, elegeu 49 deputados e 16 senadores. O partido Libre de Jorge Quiroga, derrotado no segundo turno e elegeu 39 deputados e 12 senadores, o partido Unidad Nacional de Samuel Medina, terceiro lugar na eleição presidencial, conquistou 26 deputados e 7 senadores.

Governabilidade

- Para assegurar a governabilidade diante de uma Assembleia Legislativa Plurinacional composta por 130 deputados e 36 senadores, o presidente eleito agiu rapidamente na articulação de alianças. Rodrigo Paz formalizou a criação da Alianza Patria, um bloco governista que une o PDC à Unidad Nacional de Samuel Medina, de centro-direita. Com essa coalizão, o governo passa a contar com uma base sólida de 75 deputados e 23 senadores, alcançando a maioria absoluta necessária para aprovar reformas e garantir a estabilidade institucional sem a necessidade de negociações fragmentadas com a oposição derrotada.





Eleições Gerais de 2025

Resultado

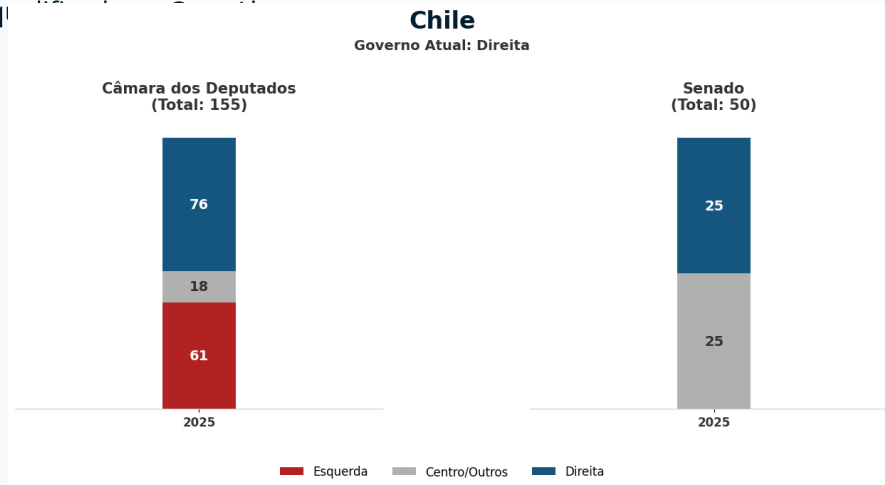
- José Antonio Kast, do Partido Republicano (liderando a coligação Cambio por Chile) de direita, foi eleito presidente com 58,17% dos votos. Ele derrotou Jeannette Jara, da coalizão de esquerda Unidad por Chile, que obteve 41,83%.

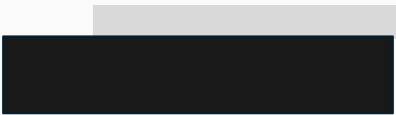
Legislativo

- Na Câmara dos Deputados, a coalizão governista de esquerda Unidad por Chile de Jeannette Jara saiu como o maior bloco individual com 61 cadeiras, seguida pela coligação de Kast, Cambio por Chile, que elegeu 42 deputados. Outros blocos como o Chile Grande y Unido (centro-direita) elegeram 34 cadeiras e o Partido de la Gente, agrupando setores de centro e populistas, com 14 cadeiras, além de outros partidos menores.
- No Senado, dos 50 assentos, 23 cadeiras foram renovadas, a coalizão de Kast, Cambio por Chile junto com a coalizão Chile Grande y Unido que o apoiou elegeram 11 senadores, somando aos que ficaram, o bloco formado pelas duas coalizões possuem 25 senadores.

Governabilidade

- A coalizão de Kast não detém uma maioria absoluta no Congresso Nacional do Chile. Na Câmara dos Deputados, as forças de direita somadas, Cambio por Chile e Chile Grande y Unido conseguiram 76 dos 155 assentos, ficando duas cadeiras aquém da maioria simples de 78 necessárias para aprovar leis sem apoio externo. Essa proximidade, porém, indica que a coalizão governista tem um caminho aberto para negociar e construir maiorias, desde que alinhe suas forças e conte com parceiros pontuais em votações importantes.
- No Senado, a soma dos senadores de direita e centro-direita, com 18 cadeiras da coalizão Chile Grande y Unido e 7 de Cambio por Chile, alcançou 25 dos 50 assentos, ficando apenas um voto distante da maioria simples de 26. Essa distribuição ilustra que, embora o bloco de apoio a Kast esteja numericamente forte, ele não possui o controle consolidado da casa, o que exige negociações com outras forças políticas para aprovar qualquer projeto que exija maioria simples ou qu





Eleições Gerais de 2026

Resultado

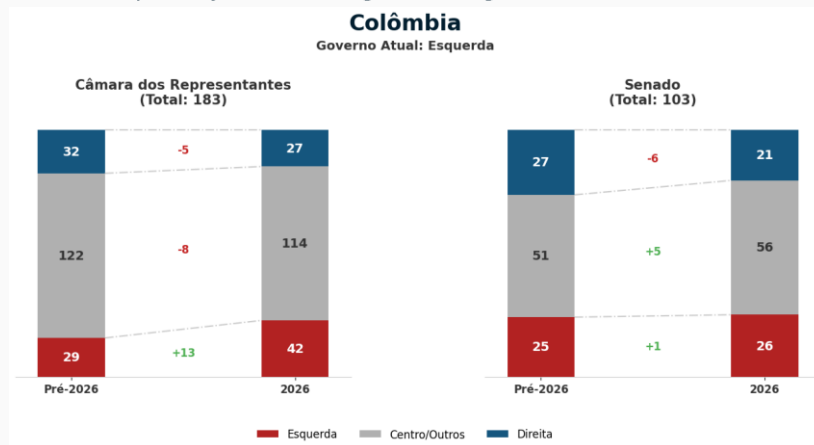
- Abelardo de la Espriella, do movimento Defensores de la Patria, de direita, foi eleito com 50,48% dos votos no segundo turno, derrotando Iván Cepeda, da Coalizão Pacto Histórico, de esquerda, que recebeu 49,52% dos votos. Outros candidatos importantes no primeiro turno incluíram Paloma Valencia, do Centro Democrático, de direita, que obteve 6,92% dos votos, e Sergio Fajardo, do Dignidad & Compromiso, de centro, que recebeu 4,26% dos votos.

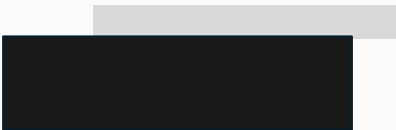
Legislativo

- Na eleição para os 183 assentos da Câmara dos Representantes, a maior bancada individual ficou com o Pacto Histórico (esquerda), que conquistou 36 cadeiras; em seguida vieram o Centro Democrático (direita), com 31 representantes, e o Partido Liberal (centro), com 26. Bancadas menores incluíram o Partido Conservador (direita), Cambio Radical (centro-direita), Partido de la U (centro), Alianza Verde (centro-esquerda) e outras legendas e coligações regionais, que também obtiveram representação relevante na Câmara. O Movimiento de Salvación Nacional (MSN), partido de Abelardo conquistou somente 1 cadeira.
- No Senado, que tem 103 cadeiras, a distribuição preliminar ficou liderada pelo Pacto Histórico (esquerda), com 25 senadores, seguido pelo Centro Democrático (direita) com 17, e pelo Partido Liberal (centro) com 13. Outras bancadas importantes incluem o Partido Conservador (direita) e a Alianza Verde/Centro Esperanza (centro-esquerda), com cerca de 10 senadores cada, além do Partido de la U (centro) com 8, Cambio Radical (centro-direita) com 7 e a coligação MIRA-Justa Libertad (direita cristã), além de outros grupos menores que completam a composição da Casa. O Movimiento de Salvación Nacional (MSN), partido de Abelardo conquistou somente 4 cadeiras.

Governabilidade

- Apesar da vitória de Abelardo de la Espriella na eleição presidencial de 2026, sua governabilidade dependerá da manutenção da coalizão formada no segundo turno. Os partidos que o apoiaram, entre eles Centro Democrático, Partido Liberal, Partido Conservador, Cambio Radical, Partido de la U, MIRA e Colombia Justa Libres, somam cerca de 115 dos 183 deputados e 65 dos 108 senadores, garantindo uma maioria potencial nas duas Casas do Congresso.
- Embora o Pacto Histórico permaneça como a maior bancada individual da Câmara, a coalizão de centro e direita que sustenta Abelardo possui maioria tanto na Câmara dos Representantes quanto no Senado. Ainda assim, o presidente dependerá de negociações constantes para manter essa base unida, sobretudo com o Centro Democrático, principal partido da direita colombiana. A relação com a senadora Paloma Valencia, que assumiu a liderança da direita após o assassinato de Miguel Uribe Turbay e declarou apoio a Abelardo no segundo turno, será decisiva para assegurar estabilidade política e viabilizar a aprovação de sua agenda de governo.





Eleições Gerais de 2025

Resultado

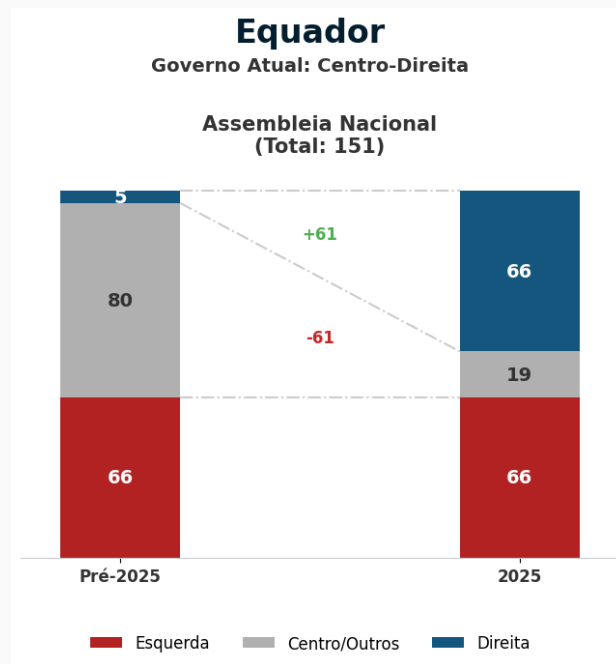
- Daniel Noboa, do Partido Acción Democrática Nacional (ADN) de centro-direita, foi reeleito presidente no segundo turno, com 55,6 % dos votos, derrotando Luisa González do Movimiento Revolución Ciudadana (RC), de esquerda com 44,4%.

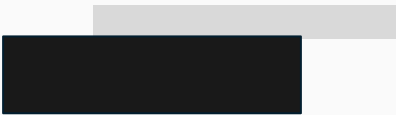
Legislativo

- No Legislativo, as eleições para a Assembleia Nacional, composta por 151 cadeiras, ficou da seguinte forma: o ADN, partido de Noboa, obteve um crescimento expressivo, saltando de uma representação mínima para conquistar 66 cadeiras, tornando-se o maior bloco governista. No entanto, o Movimiento Revolución Ciudadana, de Luisa González, manteve sua força ao eleger também 66 deputados, consolidando-se como a principal força de oposição. O restante das cadeiras foi distribuído entre partidos menores e movimentos indígenas, como o Pachakutik, de esquerda, que exercem o papel de fiel da balança em votações cruciais.

Governabilidade

- Apesar da ampliação de sua bancada, a governabilidade de Noboa sofreu um revés significativo em 16 de novembro de 2025. Em um referendo convocado pelo Executivo, os eleitores equatorianos rejeitaram as quatro principais propostas do governo, que incluíam a instalação de bases militares estrangeiras e reformas constitucionais para ampliar os poderes presidenciais. A derrota nas urnas sinalizou um desgaste precoce da imagem de Noboa e uma resistência da população a medidas vistas como autoritárias ou que feriam a soberania nacional, forçando o presidente a anunciar uma reforma ministerial profunda para tentar conter a queda de sua popularidade.
- Atualmente, Noboa inicia 2026 em um cenário de paralisia institucional. Embora possua uma base parlamentar robusta, a oposição liderada pelo RC e pelos movimentos sociais detém, em conjunto, cerca de 76 cadeiras, o que garante a maioria absoluta para bloquear pautas do Executivo. Sem o respaldo popular do referendo e enfrentando uma Assembleia polarizada, o governo de Daniel Noboa encontra-se em uma encruzilhada, dependendo de negociações fragmentadas com setores moderados para avançar em sua agenda de segurança e evitar um novo ciclo de instabilidade social no país.





Eleições Gerais de 2025

Resultado

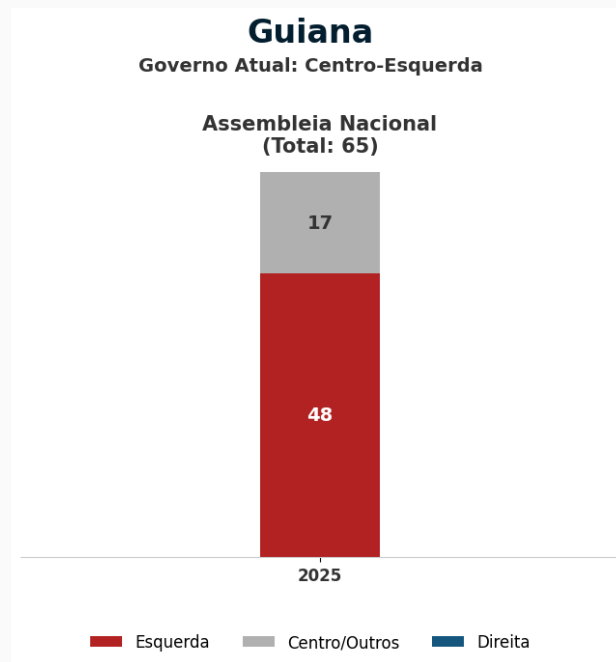
- Nas eleições gerais realizadas em 1º de setembro de 2025, Mohamed Irfaan Ali, pelo Partido Progresista del Pueblo (PPP/C) de centro-esquerda, foi reeleito presidente da Guiana para um segundo mandato, após sua coligação obter a maior votação e assegurar sua continuidade no cargo. Em seguida ficou o partido recém-formado Invertimos en la nacionalidad (WIN) de centro, que obteve a segunda maior votação e consolidou-se como principal oposição. A tradicional aliança de oposição, Una Asociación para la Unidad Nacional (APNU) de centro-esquerda, ficou em terceiro lugar, seguida pelo Movimiento Guyana Adelante (FGM) de centro.

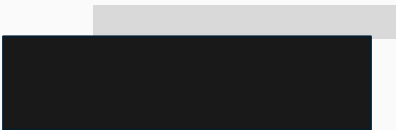
Legislativo

- Na Assembleia Nacional, que tem 65 cadeiras no total, a coligação governista Partido Progresista del Pueblo (PPP/C) elegeu 36 deputados, garantindo assim mais da metade dos assentos da casa. A segunda maior bancada ficou com o Invertimos en la nacionalidad (WIN), que conquistou 16 cadeiras, mostrando crescimento rápido apesar de ser uma formação recente. A aliança Una Asociación para la Unidad Nacional (APNU), tradicional bloco oposicionista, obteve 12 deputados, enquanto o Forward Guyana Movement (FGM) conseguiu 1 assento.

Governabilidade

- Com a maioria clara na Assembleia Nacional, o PPP/C de Irfaan Ali possui uma base parlamentar confortável e tranquila para governar, o que facilita a aprovação de leis, projetos do Executivo e políticas alinhadas ao programa de governo sem depender de amplas alianças com partidos de oposição. A presença de uma bancada significativa do WIN e de outros grupos menores, contudo, mantém diversidade política no parlamento, mas sem comprometer a capacidade do governo de conduzir sua agenda legislativa. Essa maioria absoluta conferida ao PPP/C proporciona previsibilidade e estabilidade ao cenário político guianense durante o mandato que se estende até 2030.





Eleições Gerais de 2023

Resultado

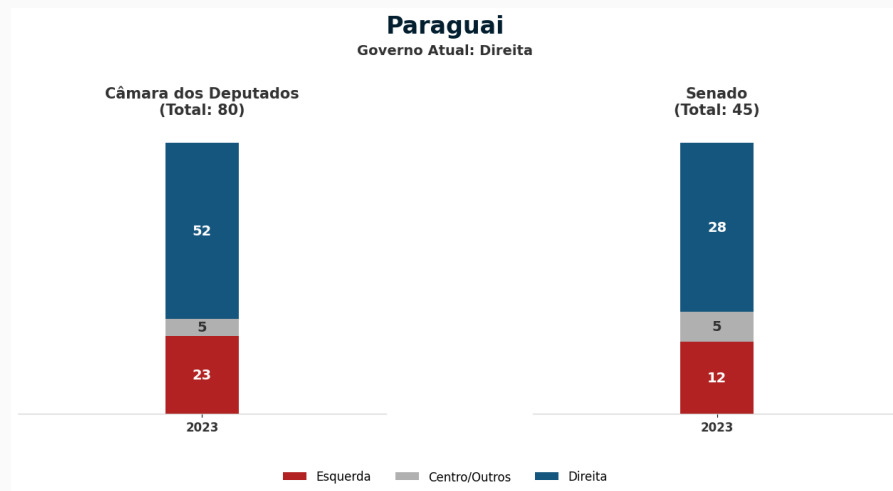
- Nas eleições presidenciais realizadas em 30 de abril de 2023, Santiago Peña, candidato pela Asociación Nacional Republicana (ANR) de direita, foi eleito presidente do Paraguai com 43,93 % dos votos, derrotando seus principais adversários em um pleito de turno único. O segundo colocado foi Efraín Alegre, do Partido Liberal Radical Auténtico (PLRA) de centro-esquerda, com 28,25 %, seguido por Paraguayo Cubas, do Partido Cruzada Nacional (PCN) de direita, com 23,56 %.

Legislativo

- Na Câmara dos Deputados, que renovou 80 cadeiras, o Partido Colorado (ANR) de Santiago Peña consolidou sua posição como força dominante, elegendo 48 deputados. A Concertación Nacional ficou em segundo lugar com 23 deputados, seguida pelo Partido Cruzada Nacional, que conquistou 4 deputados. Além desses três principais grupos, Partido Patria Querida de centro-direita, Alianza Encuentro Nacional de centro, e Yo Creo de centro elegeram juntos os poucos assentos restantes, completando a composição da Câmara.
- No Senado, composto por 45 assentos, a tendência de predominância colorista foi repetida: o Partido Colorado (ANR) obteve 23 senadores. A Concertación Nacional assegurou 12 senadores, enquanto o Partido Cruzada Nacional elegeu 5 senadores. Os demais assentos foram distribuídos entre partidos menores, como Alianza Encuentro Nacional, Partido Patria Querida, Frente Guasú, Ñemongeta de esquerda e Yo Creo, que juntos completaram a representação parlamentar.

Governabilidade

- Com Santiago Peña eleito presidente e o Partido Colorado (ANR) detendo a maioria em ambas as casas do Congresso Nacional, tanto na Câmara de Deputados quanto no Senado, o governo conta com uma base parlamentar ampla e estável, favorecendo uma governabilidade tranquila e consolidada. Essa vantagem numérica permite ao Executivo avançar sua agenda legislativa com maior facilidade, reduzindo a necessidade de negociações frequentes com outras forças políticas, e proporciona continuidade às políticas públicas alinhadas ao programa do novo governo.





Eleições Gerais de 2026

Resultado

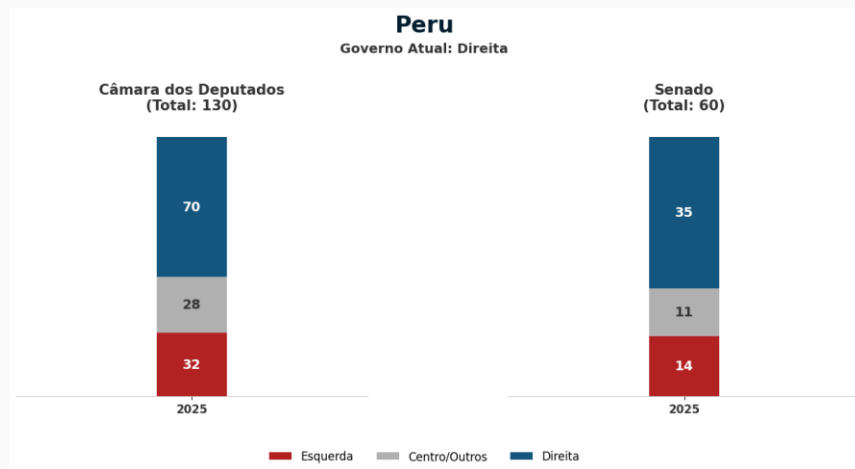
- Nas eleições presidenciais realizadas em 12 de abril de 2026, nenhum candidato alcançou a maioria absoluta dos votos, levando a disputa para o segundo turno. A candidata Keiko Fujimori, do partido Fuerza Popular, de direita, liderou o primeiro turno com 17,18% dos votos válidos. Em segundo lugar ficou Roberto Sánchez, do Juntos por el Perú, de esquerda, com 12,03%, seguido por Rafael López Aliaga, do Renovación Popular, de direita, com 11,90%. No segundo turno, Keiko Fujimori foi eleita presidente do Peru com 50,13% dos votos, derrotando Roberto Sánchez, que obteve 49,87%.

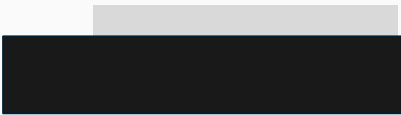
Legislativo

- Na Câmara dos Deputados, o Fuerza Popular (FP) (direita), partido da presidente eleita Keiko Fujimori, conquistou a maior bancada, com 41 deputados. Em seguida ficaram o Juntos por el Perú (JP) (esquerda), com 32 cadeiras; o Partido del Buen Gobierno (PBG) (centro), com 18; o Renovación Popular (RP) (direita), com 15; o Partido Cívico OBRAS (centro-direita), com 14; e o Ahora Nación (AN) (centro), com 10 deputados, completando a composição da Câmara.
- No Senado, composto por 60 assentos, o Fuerza Popular (direita) também formou a maior bancada, elegendo 22 senadores. O Juntos por el Perú (esquerda) conquistou 14 cadeiras, seguido pelo Renovación Popular (direita), com 8; o Partido del Buen Gobierno (centro), com 7; o Partido Cívico OBRAS (centro-direita), com 5; e o Ahora Nación (centro), com 4 senadores.

Governabilidade

- Apesar da vitória de Keiko Fujimori na eleição presidencial de 2026, sua governabilidade dependerá da capacidade de ampliar e manter a coalizão formada no segundo turno. Além do Fuerza Popular (direita), declararam apoio à sua candidatura o Renovación Popular (direita), o Partido Popular Cristiano – PPC (centro-direita) e a bancada do Avanza País (centro-direita). Em conjunto, essas legendas somam aproximadamente 75 dos 130 deputados e 43 dos 60 senadores, garantindo uma maioria potencial nas duas Casas do Congresso.
- Embora o Fuerza Popular seja a maior bancada tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado, o partido está distante de possuir maioria própria e dependerá da manutenção do apoio de seus aliados para aprovar sua agenda legislativa. A relação com Rafael López Aliaga, líder do Renovación Popular e principal nome da direita peruana fora do fujimorismo, tende a ser um dos pilares dessa coalizão. Ainda assim, a fragmentação partidária do Congresso deverá exigir negociações constantes para assegurar maioria nas votações mais relevantes.





Eleições Gerais de 2025

Resultado

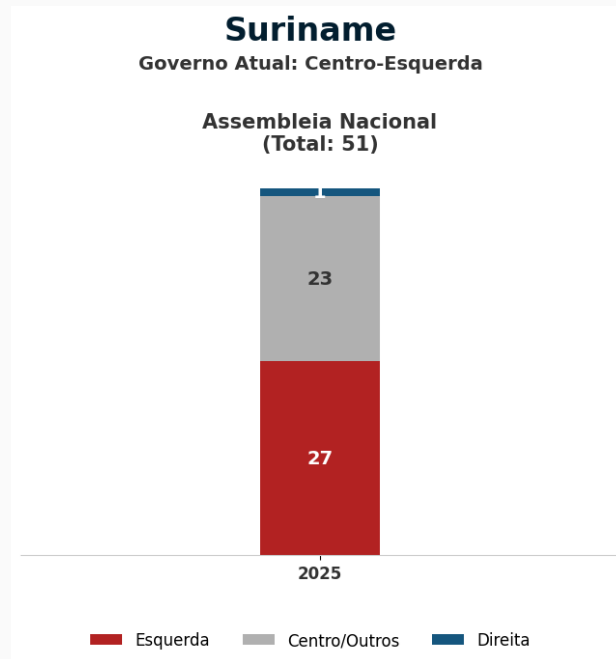
- Nas eleições realizadas em 25 de maio de 2025, nenhum partido conquistou maioria absoluta na Assembleia Nacional de Suriname, formada por 51 cadeiras, o que levou a negociações para a formação de coalizão e, posteriormente, à eleição indireta de Jennifer Geerlings-Simons do Nationale Democratische Partij (NDP) de centro-esquerda.

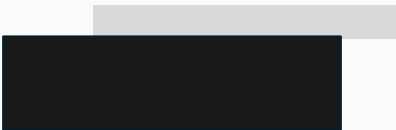
Legislativo

- O Nationale Democratische Partij (NDP), liderado por Jennifer Geerlings-Simons, foi o partido com mais assentos, obtendo 18 cadeiras. Em seguida, o Vooruitstrevende Hervormings Partij (VHP) de centro, do então presidente Chandrikapersad “Chan” Santokhi, conquistou 17 assentos. Entre os demais partidos que entraram na Assembleia, destacaram-se a Algemene Bevrijdings- en Ontwikkelingspartij (ABOP) de centro com 6 cadeiras e a Nationale Partij Suriname (NPS) de centro-esquerda também com 6 cadeiras, além de siglas menores como Pertjajah Luhur de centro-esquerda (2), Alternatief 2020 de direita (1) e Broederschap en Eenheid in de Politiek de centro-esquerda (1).

Governabilidade

- Como nenhum partido alcançou a maioria simples de 26 cadeiras por si só, a governabilidade em Suriname precisou de uma aliança com cinco outros partidos menores para somar 34 cadeiras, número necessário para alcançar os dois terços do Parlamento exigidos para a eleição do presidente pelo Legislativo. Essa coalizão permitiu que Jennifer Geerlings-Simons fosse eleita a primeira mulher presidente do país em julho de 2025. Essa capacidade de formação de coalizão indica que o governo terá condições de avançar sua agenda de governo, focada na renegociação da dívida externa e na preparação para o início da produção de petróleo em águas profundas (Bloco 58), um tema sensível que une a coalizão em torno do desenvolvimento econômico, mas gera debates acalorados sobre a distribuição dos dividendos entre as diversas bases étnicas e regionais que compõem o governo.





Eleições Gerais de 2024

Resultado

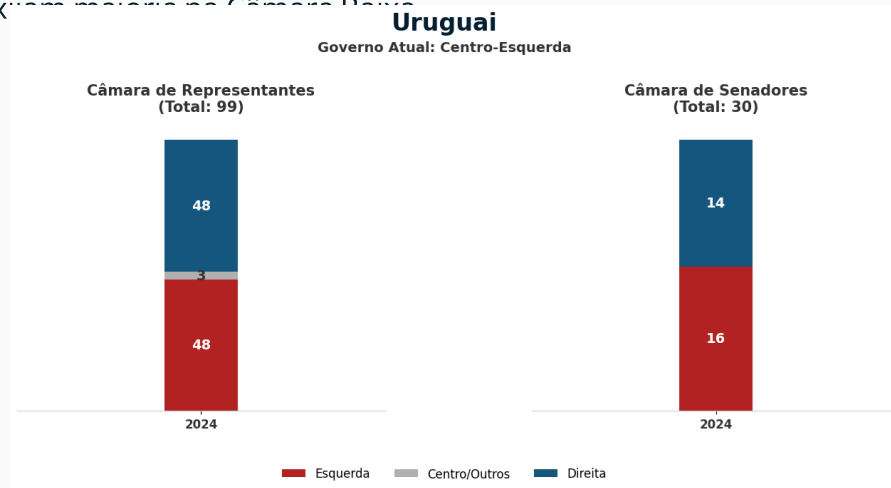
- Yamandú Orsi, candidato pela coalizão Frente Ampla (centro-esquerda), foi eleito presidente com 52 % dos votos, contra 48 % de Álvaro Delgado, do Partido Nacional (PN) (centro-direita).

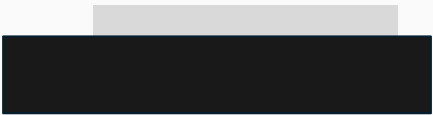
Legislativo

- Na Câmara de Senadores, composta por 30 cadeiras, a coalizão de Orsi garantiu a maioria absoluta ao eleger 16 senadores. O restante do Senado ficou dividido entre o Partido Nacional de centro-direita, com 9 cadeiras, e o Partido Colorado de centro-direita, com 5.
- Na Câmara de Representantes, no entanto, em um universo de 99 deputados, a Frente Ampla conquistou 48 assentos, ficando a apenas um voto da maioria simples. A coalizão de centro-direita (Multicolor), embora não tenha vencido a presidência, detém um bloco maior, com 49 assentos, o Partido Nacional elegeu 29 deputados, o Partido Colorado elegeu 17 cadeiras, o Cabildo Abierto de direita, elegeu 2 deputados e o Partido Independiente de centro, que também mantêm representação na casa elegendo uma cadeira.

Governabilidade

- A vitória de Yamandú Orsi, pela coalizão de centro-esquerda Frente Ampla, não se traduziu em um domínio absoluto no Legislativo, o que cria um cenário de negociação permanente para aprovar leis importantes nos próximos cinco anos. No Senado, a Frente Ampla obteve 16 das 30 cadeiras, garantindo maioria simples na Câmara Alta, o que facilita a tramitação de propostas governamentais nesse colegiado sem depender de alianças externas significativas.
- Na Câmara de Deputados, composta por 99 assentos, a Frente Ampla conquistou 48 cadeiras. Embora seja o maior grupo individual, esse número não alcança a maioria absoluta de 50 votos, obrigando o novo governo a negociar com outros partidos, como o Partido Nacional, o Partido Colorado e outros blocos menores para aprovar leis que exijam maioria na Câmara Baixa.





Presidenciais (2024) e Legislativas (2025)

Resultado

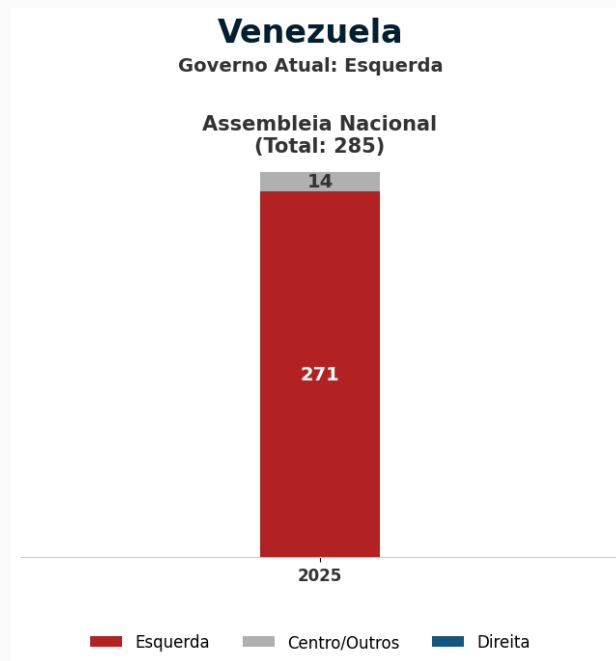
- Na eleição presidencial realizada em 2024, Nicolás Maduro do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) de esquerda, que faz parte da coligação Gran Polo Patriótico foi declarado vencedor pelo Consejo Nacional Electoral (CNE) com 51,2% dos votos, frente ao opositor Edmundo González Urrutia da Alianza Democrática de centro-esquerda, que teria obtido 44,2% segundo dados oficiais somados. O resultado foi amplamente contestado por partidos da oposição e observadores, com acusações de irregularidades e falta de transparência no processo.

Legislativo

- A hegemonia chavista pareceu se fortalecer ainda mais nas eleições legislativas de 2025. O Gran Polo Patriótico obteve um domínio absoluto na Assembleia Nacional, conquistando 253 das 285 cadeiras disputadas. Com a Alianza Democrática reduzida a apenas 18 assentos e outros 14 ocupados por independentes.

Governabilidade

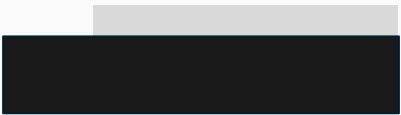
- A oposição representada pela Alianza Democrática foi reduzida a apenas 18 assentos e outros 14 ocupados por independentes, garantindo a Maduro uma governabilidade parlamentar de quase 90%, o que teoricamente lhe conferia poder irrestrito para reformas constitucionais e controle institucional total.
- No início de 2026 forças militares dos Estados Unidos realizaram uma operação em território venezuelano que resultou na captura do presidente Nicolás Maduro e de sua esposa, que foram levados aos EUA para responder a acusações federais, incluindo narcoterrorismo. Em resposta, o Supremo Tribunal venezuelano nomeou a vice-presidente Delcy Rodríguez como presidente interina, e tomou posse em 5 de janeiro.



03

América Central





Eleições Gerais de 2026

Resultado

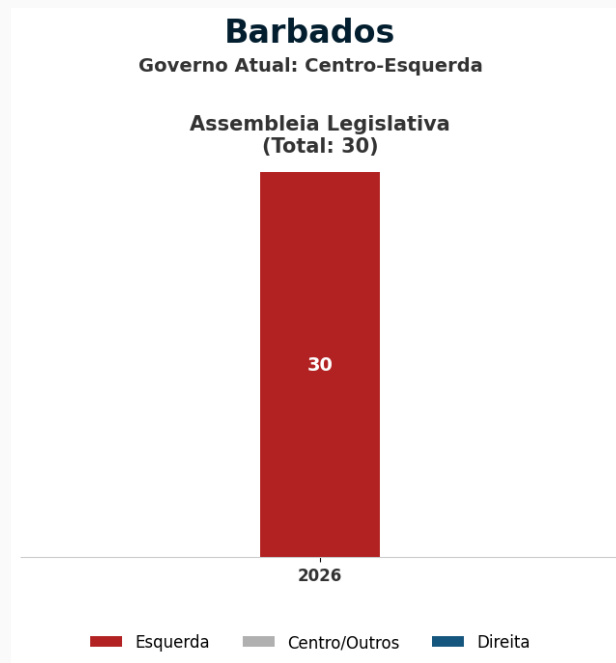
- A Primeira-Ministra Mia Mottley foi reeleita com 69,8% dos votos, liderando o Barbados Labour Party (BLP) de centro-esquerda a conquistar, pela terceira vez seguida (2018, 2022 e 2026), a totalidade dos assentos parlamentares. O principal adversário foi o Democratic Labour Party (DLP) de centro-esquerda, liderado por Ralph Thorne que obteve 27,3%% dos votos.

Legislativo

- A Assembleia Legislativa de Barbados é composta por 30 cadeiras, todas elas eletivas, nas urnas, refletiu o domínio absoluto do Barbados Labour Party (BLP), o BLP venceu todos os 30 assentos disputados, garantindo uma presença exclusiva no parlamento. O DLP, apesar de relativamente forte no voto popular, não converteu sua votação em cadeiras. Outros grupos, como o Friends of Democracy (FOD) e a coligação People's Coalition for Progress (PCP), também participaram do pleito, mas não obtiveram representação parlamentar. A derrota de Ralph Thorne em seu próprio distrito simbolizou o colapso da tentativa de oposição parlamentar, deixando a câmara baixa novamente sob o controle exclusivo do governo.

Governabilidade

- A governabilidade de Mia Mottley apresenta um cenário de estabilidade absoluta, mas com o desafio persistente da falta de um contrapeso institucional na câmara baixa. Como o BLP detém 30 dos 30 assentos, a função de fiscalização recai quase inteiramente sobre o Senado (onde a oposição e independentes mantêm assentos por indicação presidencial) e sobre a sociedade civil. O novo governo de Mottley inicia este ciclo com uma "carta branca" eleitoral para enfrentar o custo de vida, acelerar a transição energética e consolidar o papel de Barbados como voz líder do "Sul Global" em pautas de justiça climática.



Eleições Gerais de 2026

Resultado

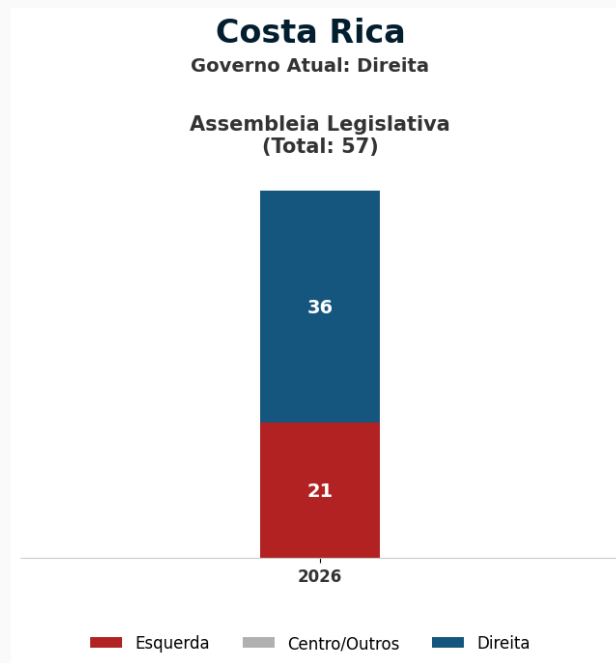
- Laura Fernández Delgado, do Partido Pueblo Soberano (PPSO) de direita, foi eleita no primeiro turno com 42,15% dos votos, superando o quórum constitucional de 40% e evitando um desgaste em segundo turno. Ela derrotou José María Figueres do Partido Liberación Nacional (PLN) de centro-esquerda, que obteve 26,30% e o candidato do Partido Liberal Progresista (PLP) de centro-direita, Eliécer Feinzaig, com 14,80%.

Legislativo

- Na eleição para os 57 assentos da Assembleia Legislativa, o partido da presidente eleita, Pueblo Soberano (PPSO), foi o maior partido individual, elegendo 31 deputados, seguido pelo Partido Liberación Nacional (PLN) com 14 deputados e o Frente Amplio (FA) de esquerda com 7 deputados. Outros partidos também elegeram representantes, como o Partido Liberal Progresista (PLP) com 3 cadeiras e o Partido Unidad Social Cristiana (PUSC) de centro-direita, com 2 cadeiras.

Governabilidade

- A governabilidade para o mandato apresenta-se, portanto, altamente favorável à nova administração. Com 31 dos 57 assentos, Laura Fernández possui controle total sobre a aprovação de orçamentos, leis ordinárias e a pauta de votações, sem a necessidade de negociar coalizões complexas com a oposição. Embora a supermaioria de 38 votos, necessária para reformas constitucionais, ainda exija diálogos pontuais com setores moderados do Partido Liberación Nacional (PLN), o Executivo dispõe de um caminho livre para implementar projetos estruturais, como a reforma do Judiciário e novas diretrizes de segurança pública.





Eleições Gerais de 2023

Resultado

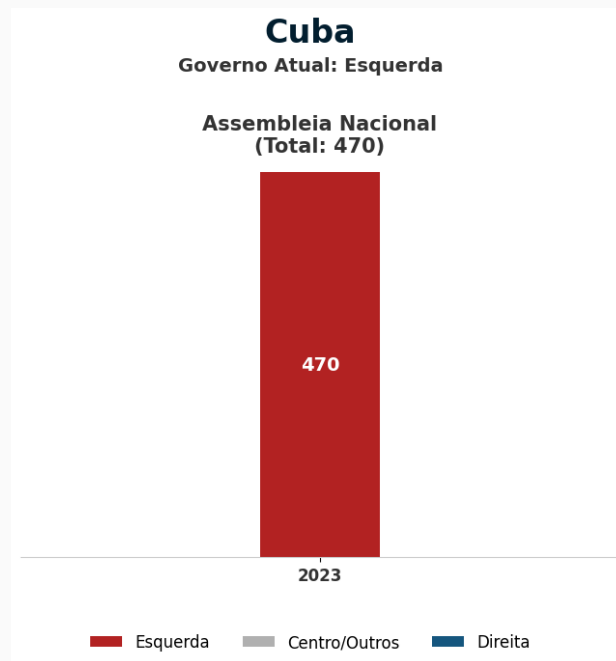
- Em 19 de abril de 2023, Miguel Díaz-Canel do Partido Comunista de Cuba (PCC) de esquerda, foi reeleito presidente da República de Cuba pela Assembleia Nacional do Poder Popular, recebendo 459 dos 460 votos válidos. Este processo de votação indireta, realizado pela própria legislatura, confirmou a continuidade da liderança civil pós-Castro, consolidando Díaz-Canel no comando do Estado até 2028.

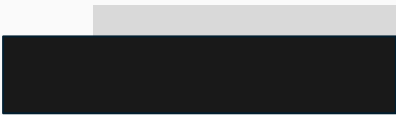
Legislativo

- Todos os 470 assentos da Assembleia são ocupados por membros do PCC ou por candidatos aprovados pelas organizações de massa alinhadas ao partido, como a União de Jovens Comunistas (UJC). Não houve participação de legendas de oposição, e a seleção dos candidatos seguiu o modelo de candidaturas únicas por distrito, resultando em um parlamento ideologicamente homogêneo e sem dissidências partidárias formais.

Governabilidade

- Embora a governabilidade institucional seja "tranquila" pela ausência de oposição parlamentar, o governo enfrenta um desafio existencial na gestão da crise interna. O início de 2026 foi marcado por um "bloqueio energético" intensificado pelas sanções dos Estados Unidos sob a administração Trump, que passou a tarifar países e empresas (como a mexicana Pemex) que fornecem petróleo à ilha. A queda do governo de Nicolás Maduro na Venezuela, tradicional aliado e fornecedor de combustível, agravou o cenário, resultando em apagões generalizados e na implementação de medidas de austeridade extrema.





Eleições Gerais de 2022

Resultado

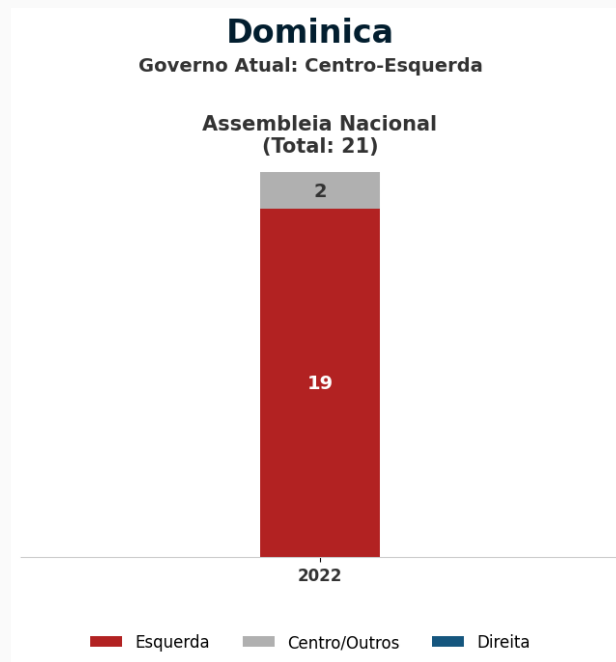
- Nas eleições gerais realizadas em 6 de dezembro de 2022, que definiram a composição do parlamento dominicano e, por consequência, a liderança do governo, Roosevelt Skerrit, líder do Dominica Labour Party (DLP) de centro-esquerda, saiu vitorioso ao garantir a maioria dos assentos na Assembleia Nacional, assegurando a manutenção de seu mandato como primeiro-ministro, cargo que ocupa desde 2004.

Legislativo

- A Assembleia Nacional de Dominica é o poder legislativo unicameral e tem 21 assentos eletivos. Nas eleições de 2022, o Dominica Labour Party (DLP) conseguiu 19 dos 21 assentos eletivos, o que representa uma expressiva maioria no parlamento e a base para a formação do governo. Os 2 assentos restantes foram conquistados por candidatos independentes, que não estavam alinhados formalmente com o DLP ou com os partidos de oposição tradicionais como a UWP (United Workers Party) de centro-direita ou o Dominica Freedom Party de centro-direita (DFP).

Governabilidade

- Com a vitória ampla do Dominica Labour Party (DLP) e a conquista de 19 dos 21 assentos eletivos na Assembleia Nacional, o partido de Roosevelt Skerrit obteve uma maioria tranquila no parlamento, o que facilita significativamente a governabilidade. O governo tem avançado sem entraves na execução de grandes projetos, como a construção do novo Aeroporto Internacional de Dominica e a expansão das usinas de energia geotérmica, pilares da agenda de autonomia energética do país.





Eleições Gerais de 2024

Resultado

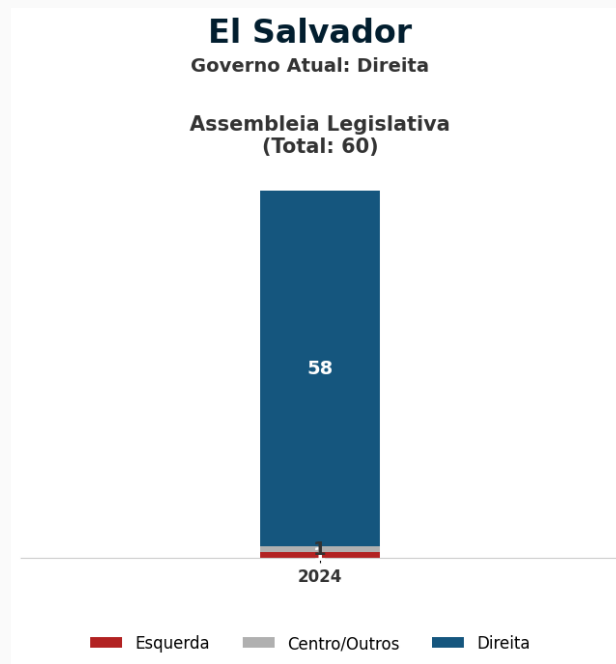
- Nas eleições presidenciais realizadas em 4 de fevereiro de 2024, Nayib Bukele, candidato pelo partido Nuevas Ideas (NI) de direita, foi reeleito presidente com ampla vantagem, obtendo 84,65%. Entre os demais candidatos, Manuel Flores, do Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN) de esquerda, ficou em segundo lugar com 6,40 %, seguido por Joel Sánchez, da Alianza Republicana Nacionalista (ARENA) de direita, com 5,57 %.

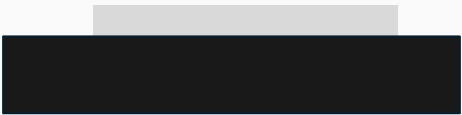
Legislativo

- No Poder Legislativo, a vitória foi igualmente esmagadora. Na Assembleia Legislativa, agora reduzida para 60 assentos, o partido governista conquistou 54 deputados, garantindo uma supermaioria. Os demais assentos foram distribuídos entre o Alianza Republicana Nacionalista (ARENA) com 2 deputados, o Partido de la Conciliación Nacional (PCN) de direita, também com 2 deputados, o Partido Demócrata Cristão (PDC) de centro, com 1 deputado, e Vamos (V) de centro-esquerda, com 1 deputado.

Governabilidade

- Com uma maioria tão expressiva na Assembleia, o bloco de apoio ao presidente Bukele possui um controle praticamente sobre o Legislativo, podendo aprovar leis e reformas constitucionais com relativa facilidade. O domínio do NI no Congresso facilitou, em 31 de julho de 2025, a aprovação de uma reforma constitucional que permite reeleição indefinida, estende o mandato presidencial de cinco para seis anos e elimina a necessidade de segundo turno nas eleições presidenciais.





Eleições Gerais de 2023

Resultado

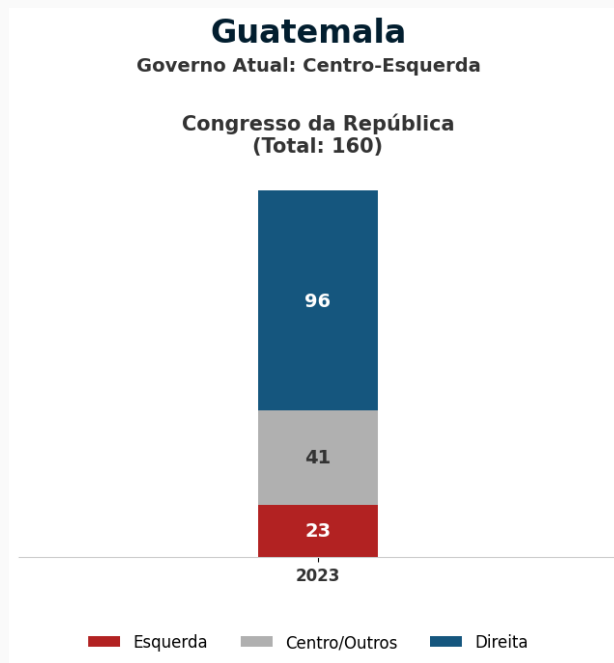
- Nas eleições presidenciais de 2023, realizadas em dois turnos, Bernardo Arévalo, do Movimiento Semilla (MS) de centro-esquerda, foi eleito presidente da Guatemala no segundo turno, conquistando 60,91% dos votos válidos contra 39,1% de Sandra Torres, candidata pelo Unidade Nacional de la Esperanza (UNE) de centro-direita. Antes do segundo turno, havia vários candidatos importantes, como Manuel Conde pelo Vamos por una Guatemala Diferente (Vamos) de direita, Armando Castillo pelo Visión con Valores (VIVA) de direita, Edmond Mulet pelo Cabal de centro-direita, Zury Ríos pela coligação Valor-PU de direita, e outros candidatos menores que dividiram o voto mas não avançaram.

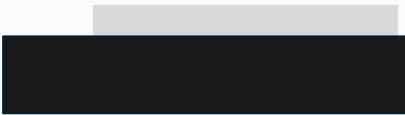
Legislativo

- Nas eleições para o Congresso da República, composto por 160 deputados, nenhum partido isolado conquistou maioria absoluta. O partido do presidente eleito Bernardo Arévalo, Movimiento Semilla (MS) elegeu somente 23 deputados, o partido Vamos por una Guatemala Diferente (Vamos), de Manuel Conde, terceiro lugar nas eleições presidenciais, teve 39 deputados eleitos, o Unidad Nacional de la Esperanza (UNE) teve 28 deputados, o partido Cabal elegeu 18 deputados, o partido Visión con Valores (VIVA) elegeu 11 deputados. Vários outros partidos e coligações menores dividiram os 41 assentos restantes.

Governabilidade

- A governabilidade após as eleições de 2023 tem sido um desafio complexo para o presidente Bernardo Arévalo e seu partido, o Movimiento Semilla. Embora Arévalo tenha vencido a presidência com ampla vantagem no segundo turno, sua legenda detém apenas 23 dos 160 assentos no Congresso, colocando-o numa posição parlamentar bastante minoritária. Isso significa que ele não possui maioria simples nem absoluta no Legislativo, e precisa negociar com múltiplos partidos e coligações, como Vamos, UNE, Cabal e outros grupos menores, para aprovar leis e reformas.
- Em 2025, o Tribunal Supremo Eleitoral, sob forte pressão judicial, oficializou o cancelamento do registro do Movimiento Semilla por supostas irregularidades em sua fundação. Isso resultou em uma crise institucional em 2026, onde os parlamentares eleitos pela legenda foram declarados "independentes", perdendo o direito de presidir comissões ou participar da Junta Diretora do Congresso. Atualmente, Arévalo governa sem uma bancada oficial habilitada, dependendo do apoio de movimentos sociais e da pressão da comunidade internacional para sustentar sua agenda anticorrupção.





Eleições Gerais de 2025

Resultado

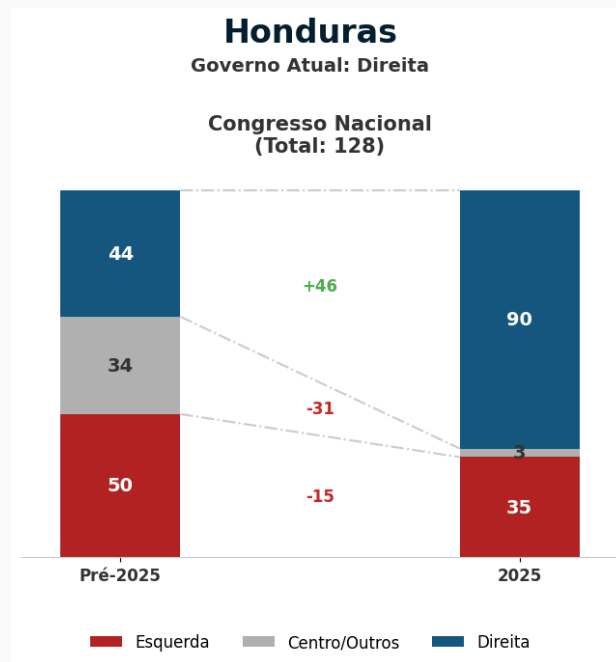
- Nasry Asfura, do Partido Nacional de Honduras (PNH) de direita, foi declarado vencedor da disputa presidencial pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE) e confirmado em 24 de dezembro de 2025, após um processo de contagem de votos longo e controverso, com acusações de irregularidades e interferências externas. Asfura obteve 40,26% dos votos, enquanto Salvador Nasralla do Partido Liberal de Honduras (PLH) de direita, obteve 39,55%.

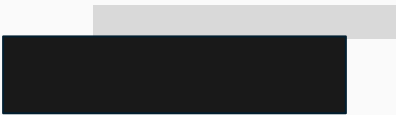
Legislativo

- A legenda do presidente eleito, o Partido Nacional, conquistou 49 assentos, consolidando-se como a maior bancada do Congresso. Por sua vez, o Partido Liberal, sob a liderança indireta de Salvador Nasralla, elegeu 41 deputados. Em contrapartida, o partido Libertad y Refundación (Libre) de esquerda, da ex-presidente Xiomara Castro, sofreu uma derrota contundente ao perder 15 cadeiras e reter apenas 35 assentos.

Governabilidade

- O presidente Nasry Asfura assume num contexto de fragmentação política e institucional em Honduras. No Congresso Nacional de Honduras há 128 cadeiras, o Partido Nacional de Honduras, partido de Nasry obteve apenas 49 assentos, claramente abaixo da maioria simples de 65 necessários para avançar pautas rotineiras, o que indica que Asfura não terá um bloco governista confortável por si só e enfrentará dificuldades estruturais para aprovar reformas de grande impacto sem articular apoios legislativos amplos.
- Ao mesmo tempo, contudo, o Partido Liberal, que obteve 44 cadeiras no parlamento e teve Nasralla como candidato presidencial, seu principal adversário, emergiu como o ator-chave para qualquer maioria sólida no Legislativo. Uma aliança entre os nacionalistas de Asfura e setores do Partido Liberal poderia somar cerca de 92 votos, suficiente mesmo para maiorias qualificadas. Esse potencial apoio a pautas centrais, ainda que não se traduza em um alinhamento ideológico total nem em uma coalizão formal duradoura, significa que Asfura poderá avançar partes substanciais de sua agenda legislativa, apesar de enfrentar resistências e a necessidade de negociações caso a caso, especialmente em áreas sensíveis que exijam maiorias mais amplas no Congresso.





Eleições Gerais de 2024

Resultado

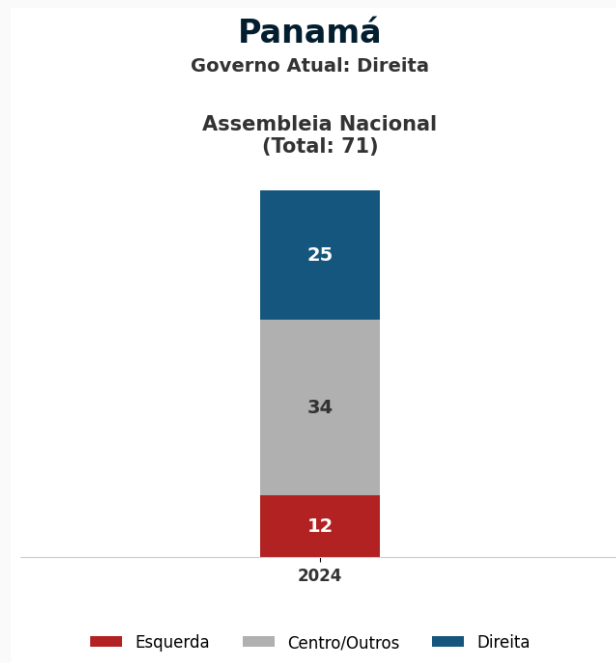
- Nas eleições gerais realizadas em 5 de maio de 2024, José Raúl Mulino, candidato pela coligação Realizando Metas (RM) de direita com o apoio do Partido Alianza, foi eleito presidente do Panamá com cerca de 34,23 % dos votos. Em seguida ficou Ricardo Lombana, do Movimiento Otro Camino (MOCA) de centro-direita, com 24,59 %, em terceiro lugar ficou Martín Torrijos, do Partido Popular (PP) de centro-esquerda, com cerca de 16,02 %. Sua vitória ocorreu em um contexto de forte descontentamento com a classe política tradicional, o que resultou na pior derrota histórica do Partido Revolucionário Democrático (PRD) de centro-esquerda, que registrou apenas 5,8% dos votos presidenciais.

Legislativo

- Na disputa pelas 71 cadeiras da Assembleia Nacional, o panorama foi bastante fragmentado, com destaque para alguns grupos e coligações. A coligação Realizando Metas / Alianza conseguiu posicionar uma fração significativa dos deputados, elegendo 17 representantes no parlamento. O Partido Revolucionário Democrático (PRD), historicamente um dos grandes partidos panamenhos, obteve 12 assentos, enquanto o Partido Cambio Democrático (CD) de centro-direita garantiu 8 deputados, mantendo presença relevante. Além desses, outras siglas menores elegeram 14 deputados, além da grande presença de deputados independentes, sendo 20 eleitos.

Governabilidade

- Essa nova realidade parlamentar impôs desafios imediatos à governabilidade de Mulino, que em julho de 2025 viu a oposição conquistar a presidência da Assembleia com a eleição de Jorge Herrera (Panameñista) de centro-direita, apoiado pela bancada independente. O governo opera sob uma estratégia de negociação pauta a pauta. Embora Mulino tenha conseguido aprovar o orçamento de 2026 com um superávit primário inédito e avançar em acordos tributários internacionais, ele enfrenta resistência em temas de reforma administrativa e na gestão da crise da previdência social (Caja de Seguro Social), exigindo concessões contínuas aos blocos independentes que priorizam a transparência e a redução do gasto político.



Eleições Gerais de 2024

Resultado

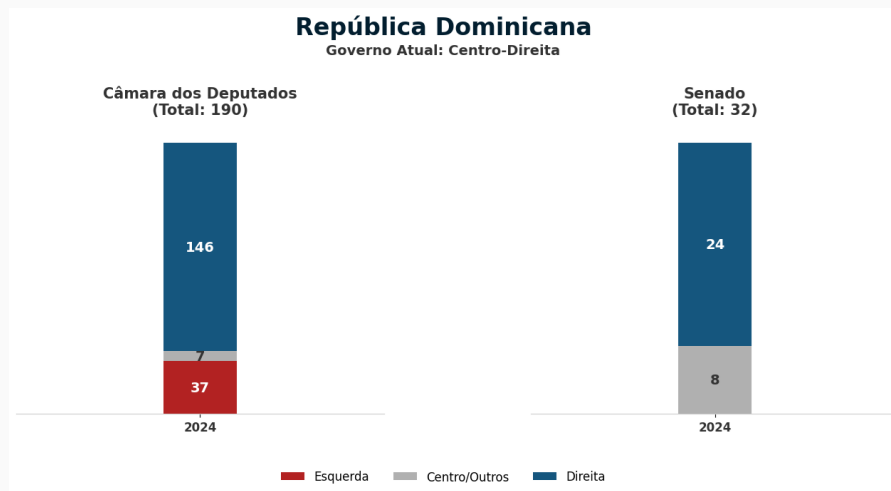
- Nas eleições gerais realizadas em 19 de maio de 2024, Luis Abinader, do Partido Revolucionário Moderno (PRM) de centro-direita, foi reeleito presidente com cerca de 57,44 % dos votos válidos no primeiro turno, superando amplamente os demais candidatos. Entre os principais adversários, ficou Leonel Fernández, da Fuerza del Pueblo (FP) de Esquerda, com 28,85 % e Abel Martínez, do Partido de la Liberación Dominicana (PLD) de centro-esquerda, com 10,39 %.

Legislativas 2025

- Nas eleições para o Congresso Nacional, que renovou 32 senadores e 190 deputados, o PRM e seus aliados conquistaram maioria ampla em ambas as casas. No Senado, o Partido Revolucionario Moderno (PRM) obteve 24 dos 32 assentos, com a oposição e pequenos partidos dividindo os demais 8.
- Na Câmara dos Deputados, o bloco liderado pelo PRM e aliados conquistou 146 dos 190 assentos, enquanto a Fuerza del Pueblo (FP) e seus aliados elegeram cerca de 28 deputados, o Partido de la Liberación Dominicana (PLD) e aliados com 9, além de outras pequenas legendas completando o restante das cadeiras.

Governabilidade

- Luis Abinader desfruta de uma governabilidade sem paralelos na história recente dominicana. Com o controle de ambas as casas legislativas, o Executivo tem conseguido avançar com reformas fiscais e modernizações administrativas sem a necessidade de concessões significativas à oposição, que se encontra fragmentada entre a Fuerza del Pueblo e o enfraquecido PLD. O foco da gestão agora se volta para a consolidação da autonomia do Ministério Público, também blindada pela nova Constituição e para o enfrentamento dos desafios logísticos e sociais decorrentes da crise na vizinha ilha de Hispaniola, mantendo a República Dominicana como um polo de estabilidade democrática e crescimento no Caribe.



Eleições Gerais de 2025

Resultado

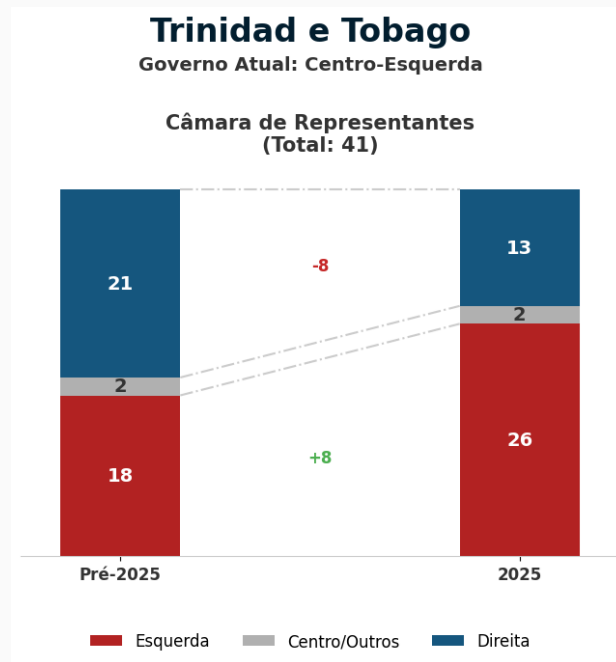
- Nas eleições gerais realizadas em 28 de abril de 2025, Kamla Persad-Bissessar, líder do partido Congreso Nacional Unido (UNC) de centro-esquerda foi eleita primeira-ministra após sua legenda conquistar a maioria dos assentos na Câmara de Representantes, derrotando o Movimiento Nacional del Pueblo (PNM) de centro-direita, que estava no poder há uma década. O pleito foi antecipado por uma crise de liderança no governo anterior.

Legislativo

- Na Câmara de Representantes, o Congreso Nacional Unido consolidou seu triunfo com 26 cadeiras dos 41 disponíveis. O Movimiento Nacional del Pueblo, agora na oposição, conquistou 13 assentos, enquanto o Partido Popular de Tobago (TPP) de centro, conseguiu 2 vagas.
- O Senado de Trinidad e Tobago não é eleito diretamente pelo voto popular: seus 31 membros são nomeados, 16 indicados pelo governo (conforme o primeiro-ministro e presidente), 6 pelo líder da oposição, e 9 pelo presidente a seu critério a partir de representantes da sociedade civil. Atualmente a UNC ocupa a maioria dos assentos indicados pelo governo, enquanto a PNM tem seus representantes indicados pela oposição e existem senadores independentes nomeados pelo presidente.

Governabilidade

- O governo Persad-Bissessar desfruta de uma estabilidade política considerável, focando sua agenda na diplomacia energética e na segurança nacional. Com o controle das duas casas, a Primeira-Ministra tem conseguido acelerar projetos de infraestrutura e parcerias internacionais, especialmente com os Estados Unidos. Embora a oposição do PNM tente exercer um papel fiscalizador rigoroso, a "maioria tranquila" da UNC no Parlamento tem blindado o Executivo contra crises institucionais, permitindo uma condução previsível dos assuntos do Estado até o fim do mandato em 2030.

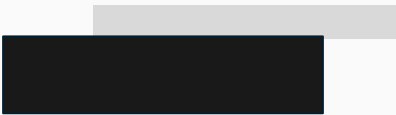




04

**América
do Norte**





Eleições Gerais de 2025

Resultado

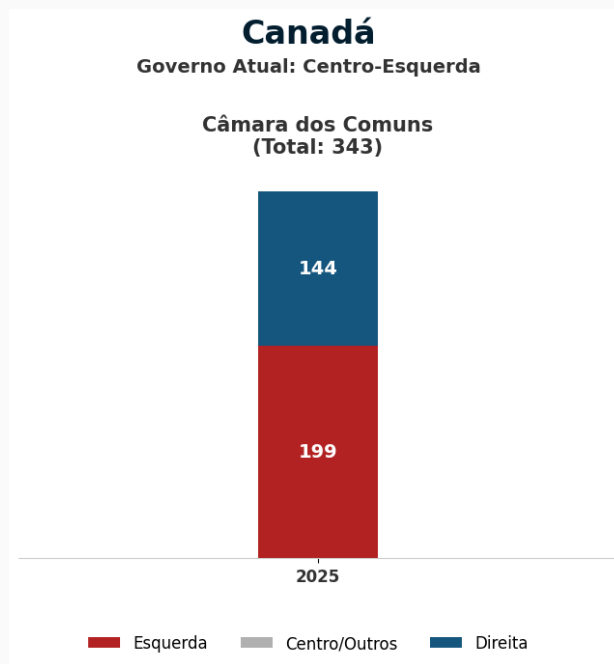
- Nas eleições federais realizadas em 28 de abril de 2025, Mark Carney, líder do Liberal Party of Canada (LPC) de centro-esquerda, foi reeleito primeiro-ministro, pois seu partido conquistou a maior quantidade de assentos na Câmara dos Comuns. O LPC obteve 169 dos 343 assentos, superando o Conservative Party of Canada (CPC) de direita, liderado por Pierre Poilievre, que elegeu 144 deputados.

Legislativo

- Na Câmara dos Comuns, eleita diretamente pelo voto popular, o Partido Liberal conquistou 169 deputados, tornando-se a maior bancada e permitindo que Carney mantenha o cargo de primeiro-ministro. O Partido Conservador ficou em segundo lugar com 144 assentos, consolidando-se como a maior oposição parlamentar. O Bloc Québécois de centro-esquerda obteve 22 cadeiras, representando os interesses da província de Quebec, enquanto o New Democratic Party (NDP) de esquerda, elegeu 7 deputados e o Green Party de centro-esquerda, conseguiu 1 deputado.
- O Senado do Canadá é uma câmara alta nomeada, sem eleição popular, composta por 105 membros indicados pelo governador-geral sob aconselhamento do primeiro-ministro. Hoje, os senadores não são organizados estritamente por partidos eleitorais como na Câmara dos Comuns, mas estão agrupados em blocos como o Independent Senators Group, o Canadian Senators Group, o Progressive Senate Group e uma minoria ligada ao Partido Conservador, além de outros não afiliados. Essa diversidade reflete um Senado mais independente de partidos, atuando como câmara de revisão para projetos aprovados pela Câmara dos Comuns.

Governabilidade

- Apesar de o Partido Liberal ter sido o vencedor e formar o governo com Mark Carney como primeiro-ministro, ele não conseguiu eleger uma maioria absoluta na Câmara dos Comuns, ficando próximo dos 172 assentos necessários, com 169. Isso significa que o governo é minorista, dependente de apoio pontual de outros partidos em temas específicos para aprovar legislações e o orçamento. O Primeiro-Ministro tem focado em pautas que geram consenso com o New Democratic Party (NDP), como a expansão de programas sociais e subsídios para energias renováveis, enquanto tenta neutralizar as críticas conservadoras sobre o custo de vida e o déficit fiscal.
- O fato de os Liberais serem o maior partido, contudo, lhes dá uma posição de vantagem na condução das negociações e na estabilidade cotidiana do governo, eles podem avançar boa parte de sua agenda, mas ainda precisam encontrar apoio de partidos menores ou dissidentes em votações críticas. No Senado, por ser uma casa nomeada com composição diversificada, o Parlamento atua mais como revisório e raramente bloqueia leis da Câmara dos Comuns, o que pode suavizar a tramitação de algumas medidas aprovadas pelos Liberais.



Eleições Gerais de 2024

Resultado

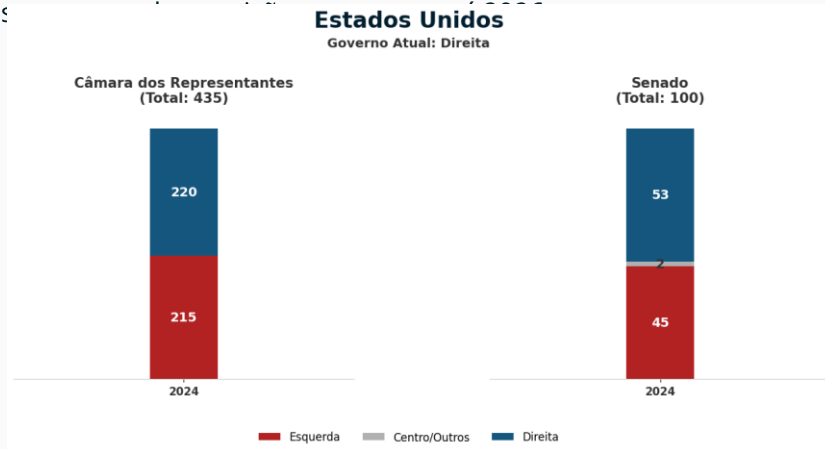
- Na eleição presidencial de 5 de novembro de 2024, Donald Trump, pelo Partido Republicano de direita, foi eleito presidente dos Estados Unidos, derrotando Kamala Harris, do Partido Democrata de centro-esquerda, ao conquistar 312 votos no Colégio Eleitoral contra 226 dela. Essa eleição marcou um retorno de Trump à Casa Branca para um segundo mandato não consecutivo.

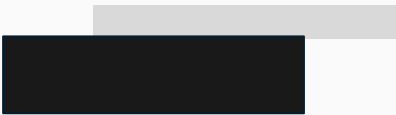
Legislativo

- Após as eleições de 2024, que renovaram as cadeiras da Câmara dos Representantes e parte do Senado, o novo Congresso dos Estados Unidos tomou posse em 3 de janeiro de 2025. Na Câmara dos Representantes, composta por 435 membros eleitos, os Republicanos mantiveram uma maioria estreita com 220 deputados, enquanto os Democratas elegeram 215 cadeiras.
- No Senado, que tem 100 senadores, os Republicanos conquistaram a maioria com 53 cadeiras, com os Democratas ficando com 45, além de 2 senadores independentes eleitos.

Governabilidade

- Com a vitória de Donald Trump e o controle do Partido Republicano sobre a presidência, a Câmara dos Representantes e o Senado, o governo federal estadunidense vive um cenário de governabilidade relativamente alinhada entre Executivo e Legislativo. Essa configuração, conhecida como trifeta partidária (controle do Executivo e das duas casas do Congresso pelo mesmo partido), favorece a tramitação de propostas e a implementação de boa parte da agenda legislativa do presidente sem necessidade de apoio constante da oposição.
- Apesar de os Republicanos terem uma maioria confortável no Senado e uma maioria estreita na Câmara, essa maioria não é tão ampla que elimine completamente a necessidade de negociações internas, por exemplo, entre alas mais moderadas e mais conservadoras do próprio partido, especialmente em votações que exigem mais do que uma simples maioria (como reformas orçamentárias ou medidas que exigem 60 votos no Senado para evitar obstruções). Ainda assim, a maioria partidária em ambas as casas indica um ambiente de governabilidade mais estável, com menor risco de bloqueios legislativos.





Eleições Gerais de 2024

Resultado

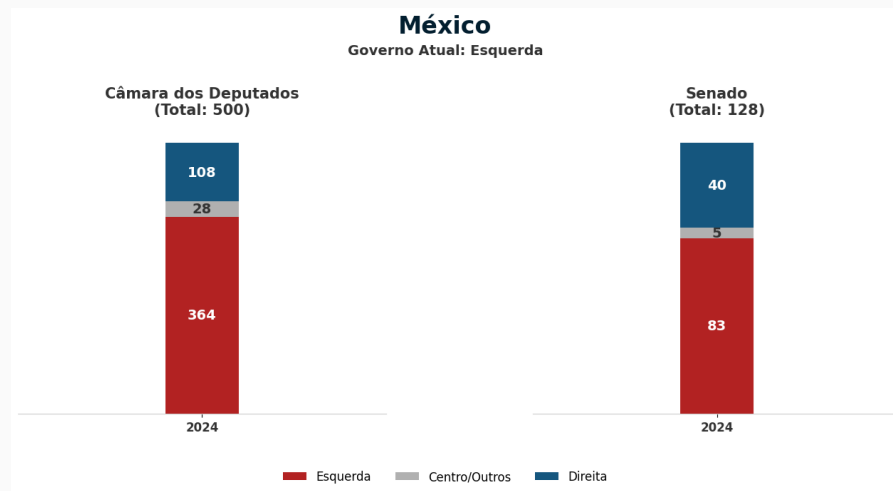
- Claudia Sheinbaum, candidata pela coligação Sigamos Haciendo Historia de esquerda, composta pelo Movimiento Regeneración Nacional (Morena), Partido del Trabajo (PT) e Partido Verde Ecologista de México (PVEM), foi eleita presidente do México com 59,76% dos votos. Sua principal adversária, Xóchitl Gálvez, da coligação Fuerza y Corazón por México de centro-direita, composta pelo Partido Acción Nacional (PAN), Partido Revolucionario Institucional (PRI) e Partido de la Revolución Democrática (PRD), obteve 27,45% dos votos. O terceiro colocado foi Jorge Álvarez Máynez, do Movimiento Ciudadano (MC) de centro-esquerda, com 10,32% dos votos.

Legislativo

- Nas eleições para o Congresso da União, renovou os 500 assentos da Câmara de Deputados e os 128 assentos do Senado da República. Na Câmara dos Deputados a coligação governista Sigamos Haciendo Historia obtiveram 364 cadeiras, enquanto a coligação de oposição Fuerza y Corazón por México elegeu 108 cadeiras, o Movimiento Ciudadano elegeu 27, além de um independente eleito.
- No Senado foram 83 senadores eleitos da coligação Sigamos Haciendo Historia, enquanto a coligação de oposição Fuerza y Corazón por México obtiveram 40 cadeiras e a coligação Movimiento Ciudadano obteve 5 cadeiras.

Governabilidade

- Essa concentração de poder permitiu que, já no início de seu mandato, Sheinbaum avançasse com a polêmica Reforma do Judiciário, que estabeleceu a eleição direta de juízes e ministros da Suprema Corte por voto popular, um processo que teve sua primeira fase executada em 2025. Com um ambiente legislativo favorável, além da excelente aprovação de Sheinbaum, permite que ela implemente leis secundárias e consolide o controle estatal sobre setores estratégicos.





05

Considerações Finais

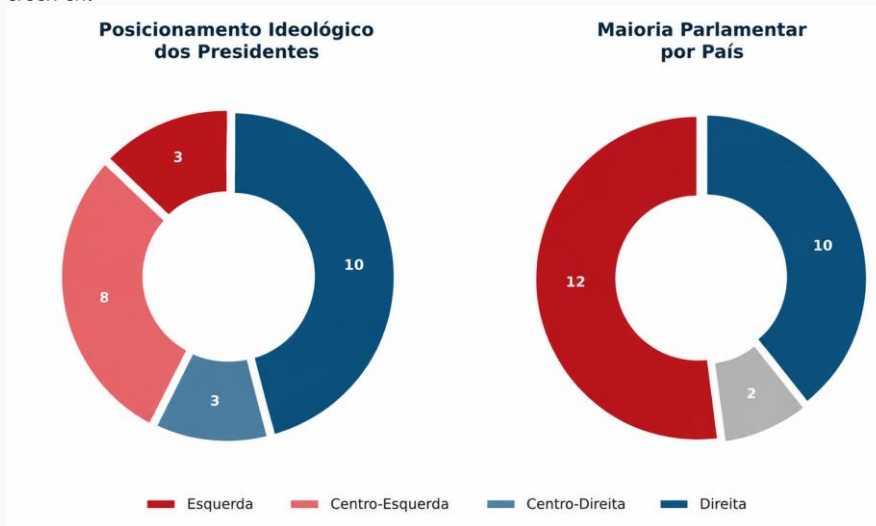


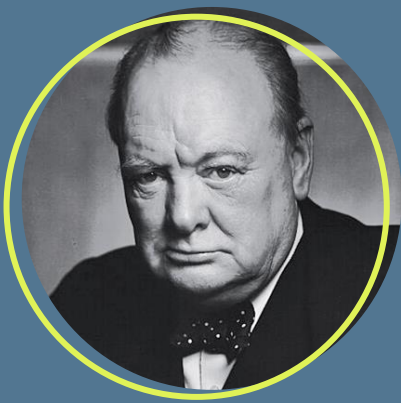
Considerações finais

O ciclo eleitoral nas Américas entre 2022 e 2026 revela uma região em **profunda transformação**, onde a tradicional alternância **ideológica** deu lugar a uma disputa central pela **governabilidade** e pelo redesenho das estruturas de poder. O continente não caminha mais em uma direção única: se antes houve predominância da **esquerda**, o período atual consolidou o retorno de agendas de **direita** em países como Argentina, El Salvador, Paraguai, Colômbia, Perú e Equador, e uma esquerda que, embora competitiva no México, enfrenta forte desgaste no Brasil. Essa dinâmica aponta para uma "**parlamentarização**" das presidências, onde o centro político emergiu como o árbitro final da política regional. Casos como os de Bernardo Arévalo na Guatemala demonstram que, quando esse centro é ignorado, o resultado é a **judicialização** da política, o bloqueio de **reformas** e o isolamento **institucional**, transformando a **governabilidade** de um acessório do poder em sua própria condição de **existência**.

Essa dependência de **coalizões sólidas** é evidenciada pela fragmentação dos legislativos nacionais. Na Argentina, a histórica tradição bipolar foi fragmentada por múltiplos blocos provinciais que exigem costuras constantes, enquanto no Equador a presença de movimentos como o Pachakutik trava o progresso de agendas sem acordos amplos. Em Honduras, a divisão entre três grandes forças tornou o Partido Liberal a peça-chave para qualquer **coalizão**. Onde houve maioria clara, como no México ou na República Dominicana, os Executivos avançaram com **rapidez**; onde o Legislativo se mostrou pulverizado, os presidentes passaram a governar via decretos ou enfrentaram derrotas em referendos e pleitos subsequentes, como observado no governo de Daniel Noboa no Equador.

Nesse cenário, o Brasil surge como o caso mais emblemático de **fragmentação partidária** do mundo democrático. Com 513 cadeiras na Câmara distribuídas entre mais de 20 partidos relevantes, o país opera sob um sistema que, mesmo após cláusulas de barreira, impõe o "**Presidencialismo de Coalizão**" como uma imposição aritmética. Diferente de sistemas concentrados como o de Barbados ou do México, a realidade brasileira exige que o presidente gerencie uma colcha de retalhos de pelo menos 10 siglas diferentes para evitar a **paralisia**. Para 2026, a estabilidade institucional do Brasil dependerá menos do **marketing ideológico** e quase inteiramente da **engenharia de coalizão**, uma vez que a sobrevivência do governo continuará residindo na capacidade de negociar com um centro pragmático que detém o poder de veto sobre qualquer **reforma** estrutural.





"A democracia é o pior dos regimes,
exceto todos os outros."

Winston Churchill



Ranking
dos políticos

Ajude a garantir a sustentabilidade do maior projeto
de melhoria do Congresso Nacional brasileiro.



FAÇA UMA DOAÇÃO!

Associação Voto Real / CNPJ 15.747.906/0001-41
BTG Pactual - Agência 0050 c/c 00489493-6
apoia.se/rankingdospoliticos

Mantenedores:

DMOC



JUDIT



www.politicos.org.br

